III - após a seleção dos débitos, simular, se for o caso, as condições de pagamento nas opções disponíveis e escolher uma delas, observando-se o prazo previsto no artigo 1º;

IV - selecionados os débitos e a forma de pagamento, finalizar a operação, ocasião em que serão gerados o número do PEP do ICMS e o Termo de Adesão com a respectiva GARE-ICMS da primeira parcela ou da parcela única, configurando-se a adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS.

§ 1º - Na hipótese de inclusão de valores referentes à denúncia espontânea, prevista no inciso II, a guia de informação relativa ao período de apuração do débito denunciado deverá ser retificada pelo contribuinte no prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da possibilidade de a guia ser coligida pelo fisco.

§ 2º - O contribuinte poderá aderir mais de uma vez ao programa de parcelamento, seguindo os procedimentos disciplinados por esta resolução, desde que os débitos selecionados sejam distintos, gerando-se um número de PEP do ICMS para cada uma das adesões.

§ 3º - Poderão ser liquidados, exclusivamente em parcela única, débitos fiscais decorrentes de operações ou prestações de contribuinte que não esteja em situação cadastral regular perante o fisco, nos termos do item 4 do § 1º do artigo 36 da Lei 6.374, de 01-03-1989, salvo se o débito estiver inscrito e ajuizado, hipótese em que a liquidação poderá ser feita em mais de uma parcela.

§ 4º - Configurada a adesão ao programa, não será possível qualquer alteração nos termos do acordo de liquidação dos débitos.

Artigo 3º - O saldo remanescente de parcelamento de débito não inscrito em Dívida Ativa deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS poderá ser liquidado por meio do PEP do ICMS, hipótese em que o contribuinte, previamente à adoção das providências previstas no artigo 2º, deverá, até o dia 30-11-2015.

I - solicitar, pelo Posto Fiscal Eletrônico - PFE, a migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, quando se tratar de parcelamento:

a) na situação "acordo a celebrar" ou "em andamento", de débito declarado em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, Declaração do Simples Nacional - DSN-SP ou Declaração do Simples Nacional relativa à Substituição Tributária e ao Diferencial de Alíquota - STDA;

b) na situação "em andamento", de débito apurado pelo fisco por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM; II - apresentar, no Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento, o pedido de migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, quando se tratar de parcelamento:

a) na situação "acordo a celebrar", de débito apurado por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM;

b) na situação "acordo a celebrar" ou "em andamento", de débito devido na importação de bem destinado ao ativo imobilizado;

c) não disponível para migração por meio do Posto Fiscal Eletrônico - PFE;

III - tratando-se de contribuinte não inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, apresentar o pedido de migração do saldo remanescente para o PEP do ICMS, no Posto Fiscal onde formalizou o pedido de parcelamento.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao:

1 - parcelamento de débitos apurados por meio de auto de infração conforme os artigos 79 e 129 da Resolução 94/2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional;

2 - saldo remanescente de acordo de parcelamento deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS e já rompido, exceto se inscrito em Dívida Ativa;

3 - saldo remanescente de débito parcelado no PPI do ICMS na situação de "em andamento" em 30-06-2015 ;

4 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 58.811, de 27-12-2012, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

5 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 60.444, de 13-05-2014, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

§ 2º - Na migração para o PEP do ICMS:

1 - os débitos relativos aos fatos geradores ocorridos: a) até 31-12-2014 serão disponibilizados no sistema do PEP do ICMS;

b) a partir de 01-01-2015 serão automaticamente reparcelados nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS;

2 - será reincorporado ao saldo remanescente, se for o caso, o valor correspondente à redução da multa concedida nos termos do artigo 101 da Lei 6.374/89.

§ 3º - Salvo a hipótese prevista no item 1, alínea "b", do § 2º, o saldo de parcelamento migrado para o PEP do ICMS não poderá ser objeto de novo parcelamento nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS, nem ser reincorporado ao parcelamento original.

§ 4º - Na hipótese de parcelamento de débitos apurados por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM, o contribuinte que solicitar a migração do seu saldo para o PEP do ICMS deverá selecionar todos os valores que compõem esse saldo para liquidação nos termos desta resolução, sem prejuízo de a Secretaria da Fazenda incluí-los, de ofício, a qualquer tempo.

Artigo 4º - O saldo remanescente de parcelamento de débito inscrito em Dívida Ativa deferido nos termos dos artigos 570 a 583 do Regulamento do ICMS também estará disponível para liquidação por meio do PEP do ICMS.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao:

1 - saldo remanescente de débito parcelado no PPI do ICMS na situação de "em andamento" em 30-06-2015;

2 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 58.811, de 27-12-2012, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

3 - saldo remanescente de débito parcelado no PEP do ICMS, nos termos do Decreto 60.444, de 13-05-2014, na situação de "em andamento" em 30-06-2015.

4 - débito relativo a fato gerador ocorrido a partir de 01-01-2015.

Artigo 5º - O vencimento:

1 - da primeira parcela ou da parcela única será: a) no dia 21 do mês corrente, para as adesões ocorridas entre os dias 1º e 15;

b) no dia 10 do mês subsequente, para as adesões ocorridas entre o dia 16 e o último dia do mês.

II - na hipótese de parcelamento nos termos do inciso II do artigo 1º do Decreto 61.625, de 13-11-2015, o vencimento das parcelas subsequentes à primeira será:

a) no dia 25 dos meses subsequentes ao do vencimento da primeira parcela, para as adesões ocorridas entre os dias 1º e 15;

b) no dia 10 dos meses subsequentes ao do vencimento da primeira parcela, para as adesões ocorridas entre o dia 16 e o último dia do mês.

§ 1º - O não recolhimento da parcela única ou da primeira parcela até a data do seu vencimento ou o recolhimento em valor menor implica a não celebração do acordo de liquidação dos débitos nos termos desta resolução.

§ 2º - Quando a data de vencimento da parcela única ou de qualquer parcela, incluindo a primeira, for dia não útil, o recolhimento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem que isso configure atraso.

§ 3º - Na hipótese de recolhimento de parcela em atraso, serão aplicados, além dos acréscimos financeiros referentes ao parcelamento, juros de 0,1% ao dia sobre o valor da parcela em atraso, desde que o acordo de parcelamento não esteja rompido conforme previsto no inciso II do artigo 6º do Decreto 61.625, de 13-11-2015.

Artigo 6º - Para o recolhimento de qualquer parcela deverá ser utilizada a GARE-ICMS emitida no endereço eletrônico

www.pepdicms.sp.gov.br, sob pena de o recolhimento não ser considerado para fins de liquidação do débito no PEP do ICMS.

Artigo 7º - Qualquer parcela recolhida antecipadamente, desde que o PEP do ICMS não esteja rompido, será imputada de modo a liquidar, total ou parcialmente, as parcelas na ordem decrescente de seus vencimentos.

Parágrafo único - No pagamento antecipado de débito fiscal parcelado, o acréscimo financeiro incidente sobre as parcelas vincendas será aquele fixado para o mês da efetiva liquidação.

Artigo 8º - São competentes para declarar a liquidação do débito fiscal, nos termos desta resolução:

I - o Delegado Regional Tributário, podendo delegar, quando se tratar de débito fiscal não inscrito em Dívida Ativa;

II - o Procurador do Estado responsável pelo acompanhamento das ações judiciais relativas à matéria tributária, no âmbito de suas competências funcionais, quando se tratar de débito fiscal inscrito em Dívida Ativa.

Parágrafo único - A declaração de liquidação do débito fiscal, inscrito ou não inscrito, será realizada a partir de relatório de baixa de débitos gerado pelo sistema do PEP do ICMS.

Artigo 9º - Os débitos fiscais selecionados na adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP poderão ser liquidados com:

I - crédito acumulado do ICMS;

II - valor do imposto a ser ressarcido, conforme previsto no § 2º do artigo 270 do Regulamento do ICMS.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao pagamento do valor dos honorários advocatícios.

§ 2º - O crédito acumulado deverá estar disponível na conta corrente do sistema informatizado mantido pela Secretaria da Fazenda, conforme inciso III do artigo 72 do Regulamento do ICMS.

Artigo 10 - O contribuinte que possuir crédito acumulado apropriado ou valor do imposto a ser ressarcido e desejar utilizá-lo no âmbito do PEP do ICMS deverá:

I - acessar o endereço eletrônico www.pepdicms.sp.gov.br;

II - selecionar a opção "Utilização de Crédito Acumulado Apropriado" ou "Utilização de Ressarcimento", conforme o caso;

III - registrar o valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido disponível para liquidação da parcela única ou das parcelas vincendas.

§ 1º - Tratando-se de utilização de valor do imposto a ser ressarcido, o contribuinte também deverá apresentar ao Posto Fiscal de sua vinculação o Pedido de Liquidação de Débito Fiscal, nos termos do artigo 11 da Portaria CAT-17/99, de 5 de março de 1999.

§ 2º - O valor de cada parcela:

1 - não poderá ser fracionado para fins de liquidação com crédito acumulado ou com valor de imposto a ser ressarcido, exceto o da parcela única;

2 - será atualizado nos termos da legislação vigente, até a data do registro do valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido disponível para a pretendida liquidação.

Artigo 11 - Registrado o valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido no sistema do PEP do ICMS, não será admitido novo registro até que o pedido anterior tenha sido decidido pelo Delegado Regional Tributário.

§ 1º - Serão disponibilizados pelo sistema:

1 - o valor atualizado das parcelas, sem o valor dos honorários advocatícios;

2 - a quantidade de parcelas que serão liquidadas pelo valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido registrado;

3 - para impressão:

a) o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Crédito Acumulado" ou o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Imposto a ser Ressarcido", conforme o caso, em 2 (duas) vias;

b) a "Guia de Arrecadação Estadual - GARE-ICMS" para pagamento em espécie da fração complementar, no caso de liquidação parcial, com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, da parcela única;

c) a "Guia de Arrecadação Estadual - GARE-ICMS" para pagamento dos honorários, quando for o caso.

§ 2º - Em caso de alteração do valor do parcelamento no âmbito do PEP do ICMS, por qualquer motivo, as parcelas serão recalculadas pelo sistema.

Artigo 12 - O contribuinte detentor do crédito acumulado ou do valor do imposto a ser ressarcido deverá apresentar no Posto Fiscal de vinculação, no prazo de 5 dias úteis, contados da data do registro de que trata o inciso III do artigo 10 ou da data de vencimento da GARE da fração complementar e/ou dos honorários advocatícios, se houver, o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Crédito Acumulado" ou o "Pedido de Liquidação de Parcelas do PEP com Imposto a ser Ressarcido", conforme o caso, e os comprovantes de recolhimento:

I - da fração complementar, quando se tratar de liquidação parcial do débito em parcela única;

II - dos honorários advocatícios, custas e demais despesas judiciais, quando for o caso.

Parágrafo único - Caso o pedido não seja apresentado no prazo determinado, será desconsiderado o registro do valor do crédito acumulado ou do imposto a ser ressarcido.

Artigo 13 - O Chefe do Posto Fiscal deverá:

I - confirmar a disponibilidade do crédito acumulado registrado ou do valor do imposto a ser ressarcido;

II - reservar o valor do crédito acumulado na conta corrente do Sistema e-CredAc, se for o caso;

III - formar o processo e encaminhá-lo ao Delegado Regional Tributário, no prazo de 3 dias úteis.

Artigo 14 - O contribuinte poderá desistir do pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, enquanto não decidido, mediante requerimento, entregue ao Chefe do Posto Fiscal, o qual será juntado ao processo e encaminhado para o Delegado Regional Tributário, no prazo de 3 dias úteis.

Artigo 15 - O Delegado Regional Tributário decidirá sobre o pedido até o último dia útil do mês subsequente ao do registro do crédito acumulado ou do valor do imposto a ser ressarcido no sistema do PEP do ICMS.

Artigo 16 - A decisão que deferir, indeferir ou homologar a desistência do pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido, proferida no processo, será encaminhada para o Núcleo Fiscal de Cobrança da respectiva Delegacia Regional Tributária, que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da decisão, registrará a informação no Sistema da Dívida Ativa, juntamente com o seguinte:

I - número no Sistema de Gestão de Documentos - GDOC do processo administrativo, em que foi proferida a decisão;

II - número do PEP do ICMS em que foi oferecido o crédito acumulado ou o valor do imposto a ser ressarcido;

III - nome, cargo e sede de exercício da autoridade que proferiu a decisão;

IV - nome, cargo e sede de exercício do usuário que estiver realizando o cadastro da decisão;

V - decisão proferida.

Parágrafo único - Tratando-se de pedido de liquidação de parcelas do PEP com crédito acumulado, após o cumprimento do disposto no "caput", o processo será encaminhado ao Posto Fiscal para fins de registro no Sistema e-CredAc.

Artigo 17 - Caso seja indeferido o pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido:

I - o interessado será notificado da decisão pelo Núcleo Fiscal de Cobrança;

II - se for o caso, o valor da reserva de crédito acumulado não utilizado será lançado a crédito na conta corrente do Sistema e-CredAc.

Artigo 18 - As informações relativas ao pedido de liquidação de débito fiscal com crédito acumulado ou com valor do imposto a ser ressarcido estarão disponíveis no endereço eletrônico www.pepdicms.sp.gov.br, no extrato detalhado do Programa Especial de Parcelamento - PEP.

Artigo 19 - Os casos omissos serão decididos pelo Coordenador da Administração Tributária e pelo Subprocurador Geral da Área do Contencioso Tributário-Fiscal, nos limites de suas respectivas competências, podendo ambos delegar.

Artigo 20 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16-11-2015.

Portarias da Procuradora do Estado Chefe de Gabinete, de 17-11-2015

Cancelando:

a pedido, a partir de 01-09-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARCELA CRISTINA DE SOUZA ROSSETTO, RG. 44.765.756-2, para exercer, na Procuradoria Regional de Campinas, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 402/2015)

a partir de 13-10-2015, em virtude de conclusão de curso, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito LAUDICEIA MARREIROS DA SILVA, RG. 29.443.331-4, para exercer, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 403/2015)

a pedido, a partir de 09-10-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito FERNANDA NORONHA POMPEU, RG. 37.520.982-7, para exercer, na Procuradoria Regional da Grande São Paulo, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 404/2015)

a partir de 30-09-2015, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito STEFANO MAXIMO LOPES, RG. 48.584.140-X, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso I, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 405/2015)

a partir de 30-06-2015, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estagiário outorgada ao estudante de Direito JOÃO GABRIEL GOMES COIMBRA, RG. 44.262.823-7, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso I, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 406/2015)

a partir de 03-11-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito EMILY FERNANDES, RG. 49.682.994-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Sorocaba, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 407/2015)

a partir de 06-11-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito ANABELA DE SOUZA LEIBHOLZ, RG. 29.594.659-7, para exercer, na Procuradoria Regional de Campinas, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 408/2015)

a partir de 21-10-2015, a credencial de estagiária outorgada à estudante de Direito MARIA LETICIA DA COSTA CELESTE, RG. 37.954.454-4, para exercer, na Procuradoria Regional de Taubaté, atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 12, inciso V, do Decreto 56.013, de 15-07-2010. (Port. CG-E 409/2015)

Despacho do Procurador Geral, de 13-11-2015

Processo DGP-7704/2011-SSP, Vols. I ao VII (GDOC-1000879-969609/2015)

Interessado: Orivaldo Baptista Sobrinho

Assunto: Vista de Processo

Fica deferida vista do processo em referência, ao interessado Orivaldo Baptista Sobrinho, RG. 4.569.477-SSP/SP, através de seu advogado, Dr. Daniel Garson, OAB/SP 195.064, por 10 dias, no interior da Procuradoria Geral do Estado, Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral, situado na rua Pamplona, 227, 15º andar, ante a existência de documentos originais de difícil restauração (Lei federal 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, § 1º, "2º"), facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento da respectiva taxa.

Despacho do Procurador Geral, de 16-11-2015

Processo: SF-19606-782105/2010, Vols. I ao IV

Interessado: Ivan Pereira

Assunto: Vista de Processo

Fica deferida vista do processo em referência, ao interessado Ivan Pereira, RG. 9.726.860-4, através de seu advogado, Dr. Salvador Mustafa Campos, OAB/SP 159.434, por 10 dias, no interior da Procuradoria Geral do Estado, Assessoria Jurídica do Gabinete do Procurador Geral, situado na rua Pamplona, 227, 15º andar, ante a existência de documentos originais de difícil restauração (Lei federal 8.906, de 4.7.1994, art. 7º, § 1º, "2º"), facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento da respectiva taxa.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos da Diretora, de 16-11-2015

No Processo PGE 16831-659248/2010 – Objeto: Prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos com condutor - Com fundamento na cláusula terceira do Contrato PGE 20/2010, firmado em 10-12-2010, § 8º do artigo 65, da Lei Federal 8.666/93, § 8º do artigo 62, da Lei Estadual 6.544/89 e suas respectivas alterações e, de acordo com a competência a mim delegada pela Resolução PGE 83/94, Autorizo o reajuste dos preços contratados, a partir de 1º/05/2015, em favor da empresa GB Barri Serviços Gerais Ltda, na conformidade do demonstrativo de fls. 3.097 do processo supramencionado.

Tornando sem efeito a publicação do D.O. de 16-10-2015 – página 63 – Seção I.

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado

EXTRATO DA ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA-BIÊNIO 2015/2016

DATA DA REALIZAÇÃO: 13-11-2015

Processo: 18575-1022514/2015

Interessado: Marcos Ribeiro de Barros

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "19º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública", no período de 12 a 14-11-2015, em Curitiba/PR.

Relatora: Conselheira Maria Bernadete Bolsoni Pitton DELIBERAÇÃO CPGE 183/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 17040-1040124/2015

Interessado: Centro de Estudos da PGE

Assunto: Afastamento dos Procuradores do Estado Artur Barbosa da Silveira, Clelio Rodrigues da Costa, Daniel Henrique Ferreira Tolentino, Talles Soares Monteiro e Thiago Oliveira de Matos para participarem do "19º Congresso Brasileiro de Advocacia Pública", no período de 12 a 14-11-2015, em Curitiba/PR

Relatora: Conselheira Kelly Oliveira Venâncio DELIBERAÇÃO CPGE 184/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 18575-1060084/2015

Interessada: Claudia Aparecida Cimardi

Assunto: Pedido de afastamento para participar do curso "The Brazilian Legal Profession in the Age of Globalizations", no dia 10-11-2015, em São Paulo/SP.

Relatora: Conselheira Maria Lia Pinto Porto Corona DELIBERAÇÃO CPGE 185/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 18575-986988/2015

Interessada: Corregedoria da PGE

Assunto: Fixação do número de Corregedores Auxiliares

Relatora: Conselheira Mariângela Sarubbo Fragata DELIBERAÇÃO CPGE 186/11/2015 - O Conselho deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto-vista do Conselheiro Ricardo Rodrigues Ferreira, que seja fixado o número de 04 (quatro) Corregedores Auxiliares, sem prejuízo de eventual revisão, vencida a Relatora.

INCLUSÕES À Pauta

Processo: 16521-1090041/2015

Interessada: Rita de Cassia Conte Quartieri

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "1º Congresso Paulista de Direito Processual Civil: O Novo Código de Processo Civil", no dia 12-11-2015, em São Paulo/SP.

Relator: Conselheiro Ricardo Rodrigues Ferreira DELIBERAÇÃO CPGE 187/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

Processo: 16521-1090051/2015

Interessada: Mima Cianci

Assunto: Pedido de afastamento para participar do "1º Congresso Paulista de Direito Processual Civil: O Novo Código de Processo Civil", no dia 12-11-2015, em São Paulo/SP.

Relatora: Conselheira Mariângela Sarubbo Fragata DELIBERAÇÃO CPGE 188/11/2015 - O Conselho deliberou, por unanimidade, opinar favoravelmente ao pedido.

48. Fernando Cesar Gonçalves Pedrini
49. Fernando Franco
50. Fernando Henrique Medici
51. Francisco de Assis Mine Ribeiro Paiva
52. Frederico Bendzius
53. Gisele Marie Alves Arruda Raposo Panizza
54. Guilherme Malaguti Spina
55. Helena Ribeiro Cordula Esteves
56. Janine Gomes Berger de Oliveira Macatrazo
57. Jivago Petrucci
58. Joao Monteiro de Castro
59. Jose Procopio da Silva de Souza Dias
60. Joyce Sayuri Saito
61. Juliana de Oliveira Duarte Ferreira
62. Kate Antonia de Souza Calleja
63. Lair Aroni
64. Lais Helena Domingues de Castro
65. Laiza Ornelas Lima
66. Levi de Mello
67. Liette Badaro Accioli Piccazio
68. Liliane Kiyomi Ito Ishikawa
69. Liliane Sanches
70. Luciana Monteiro Claudiano
71. Luciano Pupo de Paula
72. Luis Claudio Ferreira Cantanhede
73. Mamor Getulio Yura
74. Manoel Jose de Paula Filho
75. Marcela Gonçalves Godoi
76. Marcelo de Carvalho
77. Marcia Akiko Gushiken
78. Marcos Mordini
79. Marcos Narche Louzada
80. Maria Betania do Amaral Bittencourt
81. Maria Cecilia Fontana Saez
82. Maria Fernanda Silos Araujo Lancelotti
83. Maria Ines Pires Giner
84. Maria Lia Pinto Porto Corona
85. Maria Rita de Carvalho Melo
86. Marialice Dias Gonçalves
87. Mariana Rosada Pantano
88. Marta Cristina dos Santos Martins Toledo
89. Milena Carla Azzolini Pereira da Rosa
90. Mirian Kiyoko Murakawa
91. Mirna Natalia Amaral da Guia Martins
92. Monica Hildebrand de Mori
93. Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima
94. Natalia Musa Dominguez Nunes
95. Nelson Finotti Silva
96. Nilton Carlos de Almeida Coutinho
97. Olavo Jose Justo Pezzotti
98. Oscar Rodrigues de Campos Filho
99. Paula Ferraresi Santos
100. Paula Nelly Dionigi
101. Paulo Alves Netto de Araujo
102. Paulo Henrique Procopio Florencio
103. Pedro Ubiratan Escorel de Azevedo
104. Rafael Carvalho de Fassio
105. Rafael de Oliveira Rodrigues
106. Rafael Modesto Rigato
107. Regina Maria Sartori
108. Regina Marta Cereda Lima
109. Renata de Oliveira Martins Cantanhede
110. Renata Viana Neri
111. Renato Bernardi
112. Ricardo Pinha Alonso
113. Roberto Yuzo Hayacida
114. Robson Flores Pinto
115. Rodrigo Levkovicz
116. Rogerio Pereira da Silva
117. Rosana Martins Kirschke
118. Sara Correa Fattori
119. Sebastiao Vilela Staut Junior
120. Sergio Seiji Itikawa
121. Silvia Helena Furtado Martins
122. Silvia Vaz Domingues
123. Stela Cristina Furtado
124. Tania Regina Mathias Gentile
125. Thais Teizen
126. Thiago de Paula Leite
127. Thiago Mesquita Nunes
128. Thiago Oliveira de Matos
129. Valeria Martinez da Gama
130. Vera Lucia de Souza Catita

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

Despacho do Procurador do Estado respondendo pelo expediente, de 23-10-2015
Processo PGE 16593-961156/2015
Objeto: Contratação de serviço técnico especializado para substituição da coluna geral de esgoto dos banheiros do 4º andar ao andar térreo.
Acolho o parecer retro exarado, sendo o valor do serviço inferior ao previsto no inciso I, artigo 24, da Lei Federal 8666/93, declaro a dispensa de licitação e AUTORIZO a contratação direta da empresa CID SESOSTRES DORNELAS - CONSTRUÇÕES ME - CNPJ 03.480.055/0001-34, no valor de R\$ 14.000,00
Elemento: 339039.79 - UGE: 400111

PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ

Extrato de Contrato
Processo PGE 16616-769986/2015
Contrato 01/2015
Contratante: Procuradoria Regional de Taubaté
Contratada: SH INFORMÁTICA LTDA
Objeto Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos por postos credenciados, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis.
Período: 15 meses
Vigência: 16-11-2015 a 15/02/017
Valor total do contrato: R\$ 23.222,55
Base mensal: R\$ 1.548,17
Classificação de recursos: elemento 339039-27 – PTRES 400135
Data da assinatura: 16-11-2015

PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Despacho do Procurador do Estado, Respondendo pelo Expediente, de 13-11-2015
No Processo PGE 16795-488874/2015 – De acordo com o Parecer 15/2015, e com fundamento artigo 2º e parágrafo único do Decreto 48.599/2004, cc o inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8666/93, c/ alterações posteriores, e ainda, de acordo com a Resolução PGE 83, de 19-10-1994, e nos termos das manifestações favoráveis constantes nos autos, declaro a Dispensa de Licitação para a contratação da Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp, inscrita no CNPJ 48.066.047/0001-84, objetivando a Prestação de Serviço de Certificação Digital – (renovação de dois certificados digitais e-CPF), para funcionários da PR/10. Em decorrência, fica autorizada a realização da despesa no valor de R\$ 225,00, Elemento 339039-12, UGE:400119. (Republicado por conter incorreções)

PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS

Despacho da Procuradora do Estado Chefe, de 10-11-2015
Processo PGE 18886-1098234/2015 - Com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações posteriores, nos termos das manifestações favoráveis constantes dos autos, declaro dispensada a licitação e autorizo a contratação direta da empresa F.H. CABRIO HERMINO - ME, CNPJ: 11.374.161/0001-61, objetivando a prestação de serviços de manutenção em equipamentos condicionadores de ar da Seccional de Araraquara – Procuradoria Regional de São Carlos, no valor de R\$ 290,00, submetendo-se ao disposto na Resolução GPG-18, de 27-03-1992. A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, aplicando-se o disposto no Decreto Estadual 53.455, de 19-09-2008, de sorte que eventual inscrição no CADIN inviabilizará o pagamento, dando causa à sua retenção.

Despacho da Procuradora do Estado Chefe, de 13-11-2015
Processo PGE 18886-1115205/2015 - Com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações posteriores, nos termos das manifestações favoráveis constantes dos autos, declaro dispensada a licitação e autorizo a contratação direta da empresa TATHIANE CESAR - ME, CNPJ: 04.356.423/0001-08, objetivando a prestação de serviços de manutenção e revisão preventiva do Veículo Oficial (Ford-Ranger, Placa CQT-3725) da Seccional de Araraquara – Procuradoria Regional de São Carlos, no valor de R\$ 1.092,00, submetendo-se ao disposto na Resolução GPG-18, de 27-03-1992. A contratação será formalizada mediante Nota de Empenho, aplicando-se o disposto no Decreto Estadual 53.455, de 19-09-2008, de sorte que eventual inscrição no CADIN inviabilizará o pagamento, dando causa à sua retenção.

Despacho da Procuradora do Estado Chefe, de 17-11-2015
Processo 28423/1960-1
Interessado: Conselho do Patrimônio Imobiliário
Assunto: Venda e Compra de Imóvel
Designo a Dra. RAQUEL CRISTINA MARQUES TOBIAS, brasileira, Procuradora do Estado, portadora do RG 27.319.802-6, inscrita no MF/CPF sob o 289.752.158-90 e na Ordem dos Advogados do Brasil sob o 185.529, investida do poder de representação, na forma prevista na Resolução Conjunta PGE-SPPREV-IPESP n. 01, de 15-10-2013, para subscrever em nome do INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPESP (atual denominação do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPESP, conforme art. 9º da Lei Estadual 14.016/2010) e Dr. Vladimir Bononi, Procurador do Estado, portador do RG 17.181.388, inscrito no MF/CPF 092.063.988-73 e na Ordem dos Advogados do Brasil sob o 126.371, investido do poder de representação na conformidade da Lei Complementar Estadual 478, de 18-07-1986, artigo 2º, inciso I, c/c a Constituição do Estado de São Paulo, para subscrever em nome da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, a escritura pública de venda e compra do imóvel objeto da matrícula 137.709, a ser feita pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Complementar Estadual 1.010, de 01-07-2007, conforme consta no Processo PGE 1000816-702925/2014.

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

POSTO REGIONAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Despachos do Supervisor, de 17-11-2015
Retificando a publicação do D.O. de 07-11-2015, Despacho do Supervisor PR-RMSP/TCR - 3176/15, alterando o enquadramento do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo - Sistema Fretamento, Onde se lê:

Em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, artigo 6º, da Resolução STM-55, de 04/02/92, publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88 e 36.963 de 23/06/93, complementados pelos Decretos 41.659, de 25/03/97, e 45.983, de 8/08/01, em seu artigo 28 - Executar serviço de transporte coletivo de passageiros de interesse metropolitano sob regime de fretamento, sem estar registrado na Secretária dos Transportes Metropolitanos.

APAV DATA DA INFRAÇÃO PLACA DO VEÍCULO PROPRIETÁRIO/ CONDUTOR
7071-A 28-10-2015 BTR-9318 MAVT Locadora de Veículos e Transportadora Turística.

Leia-se:
Em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, artigo 6º, da Resolução STM-55, de 04/02/92, a publicação do Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Apreensão de Veículo, abaixo relacionado, por infração ao Decreto 19.835 de 29/10/82, alterado pelos Decretos 28.478 de 03/06/88, 36.963 de 23/06/93 e 51.396 de 21/12/06, complementados pelos Decretos 41.659, de 25/03/97, e 45.983, de 8/08/01, em seu artigo 28-A - Veículo pertencente a empresa registrada que não estiver cadastrado ou com selo de vistoria vencido.

APAV DATA DA INFRAÇÃO PLACA DO VEÍCULO PROPRIETÁRIO/ CONDUTOR
7071-A 28-10-2015 BTR-9318 Santa Fé Transportes e Turismo Ltda. ME.

Despachos do Supervisor, de 17-11-2015
Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra d
Parar irregularmente no ponto ou fora dele
PR-RMSP/TCR/3284/15
MARCOS RIBEIRO DA SILVA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28522/15 - 0887559-A - 30-10-2015 - R\$ 20,85 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso I, Letra i
Nas linhas comuns, transportar pingente ou passageiros além do limite permitido
ADEMILSON MOTA DE SOUZA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28526/15 - 0887596-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

ANTONIO PINHEIRO RIBEIRO COTIA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28503/15 - 0887468-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

EZEQUIEL FRAGA TEIXEIRA - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28516/15 - 0887535-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

FABIO DA SILVA TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28507/15 - 0887493-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JOAO BATISTA FILHO TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28514/15 - 0887511-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JOSE CARLOS FAVARO JUNIOR TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28528/15 - 0887614-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JOSE RODRIGUES EMBU DAS ARTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28517/15 - 0887547-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

MILTON CARDOSO DOS SANTOS - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28502/15 - 0887456-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

NATALINO BISPO DA SILVA COTIA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28504/15 - 0887470-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

RAIMUNDO FERREIRA DA ROCHA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28524/15 - 0887572-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

VALDIR NASCIMENTO DE SOUZA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28505/15 - 0887481-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

VIRGOLINO MENDES TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28515/15 - 0887523-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso V, Letra f
Alterar o itinerário sem prévia autorização
ADEMILSON MOTA DE SOUZA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28527/15 - 0887602-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

ANTONIO SOARES GODINHO TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28501/15 - 0887444-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JOSE CARLOS FAVARO JUNIOR TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28529/15 - 0887626-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

RAIMUNDO FERREIRA DA ROCHA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28525/15 - 0887584-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso V, Letra t
Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades competentes da STM
CARLOS JOSÉ MEIRA TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28508/15 - 0887500-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

JOSE CARLOS FAVARO JUNIOR TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28530/15 - 0887638-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

JOSE MENDES PEREIRA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28523/15 - 0887560-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra d
Parar irregularmente no ponto ou fora dele
PR-RMSP/TCR/3285/15
ANTONIO CANDIDO MOREIRA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
26211/15 - 0887109-A - 30-10-2015 - R\$ 20,85 (Reincidente)

ROBERTO DE ASSIS GOMES TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28341/15 - 0887020-A - 30-10-2015 - R\$ 10,42

Artigo 55, Inciso I, Letra i
Nas linhas comuns, transportar pingente ou passageiros além do limite permitido

ANTONIO FRANCISCO COSTA - TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28355/15 - 0887195-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

ANTONIO PINHEIRO RIBEIRO COTIA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28346/15 - 0887158-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

EDIVALDO LEITE ALBUQUERQUE TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28354/15 - 0887183-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

FABIO DA SILVA TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28226/15 - 0887122-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

FABIO RICARDO DE JESUS TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28356/15 - 0887201-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

GILMAR FERREIRA CABRAL GUARULHOS ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28275/15 - 0887006-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JEAN RAFAEL DE OLIVEIRA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28364/15 - 0887043-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

LUIZ CARLOS VISCA TRANSPORTES-ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28361/15 - 0887031-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

MILTON CARDOSO DOS SANTOS - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28344/15 - 0887146-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

NACIP NUNES FERREIRA TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28353/15 - 0887171-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso V, Letra c
Falta de comunicação visual obrigatória.
GERSON FERREIRA DOS SANTOS TRANSPORTE ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28338/15 - 0887134-A - 30-10-2015 - R\$ 26,06

Artigo 55, Inciso V, Letra f
Alterar o itinerário sem prévia autorização
GILMAR FERREIRA CABRAL GUARULHOS ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28276/15 - 0887018-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

NATALINO BISPO DA SILVA COTIA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28208/15 - 0887110-A - 30-10-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso V, Letra t
Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades competentes da STM

ELCIO NOVAIS TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28334/15 - 0887067-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

EVERALDO PEREIRA SOUZA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28336/15 - 0887092-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

JAILTON RODRIGUES DE SOUSA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28335/15 - 0887080-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

LAZARO GOMES DE FREITAS ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28267/15 - 0887055-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

SILVIO CEZAR FERREIRA TRANSPORTES - ME
RF - AIIPM - Data - Valor
28350/15 - 0887160-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso V, Letra t
Deixar de cumprir resolução, portaria e norma das autoridades competentes da STM
PR-RMSP/TCR/3286/15
AUTO VIAÇÃO ABC LTDA
RF - AIIPM - Data - Valor
28446/15 - 0887249-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28447/15 - 0887250-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28448/15 - 0887262-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28449/15 - 0887274-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28450/15 - 0887286-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28451/15 - 0887298-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28452/15 - 0887304-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28453/15 - 0887316-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28454/15 - 0887328-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28455/15 - 0887330-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

MOBIBRASIL TRANSPORTE DIADEMA LTDA
RF - AIIPM - Data - Valor
28690/15 - 0887341-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28691/15 - 0887353-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28692/15 - 0887365-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28693/15 - 0887377-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28694/15 - 0887389-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28695/15 - 0887390-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28696/15 - 0887407-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28697/15 - 0887419-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28698/15 - 0887420-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

28699/15 - 0887432-A - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra k
Utilizar veículo registrado em serviço de outra natureza
PR-RMSP/TCR/3287/15
RODOVIARIO E TURISMO SAO JOSE LTDA
RF - AIIPM - Data - Valor
28397/15 - 0887213-D - 30-10-2015 - R\$ 208,49 (Reincidente)

Artigo 55, Inciso V, Letra c
Falta de comunicação visual obrigatória.
EXPRESSO GARDÊNIA LTDA
RF - AIIPM - Data - Valor
28509/15 - 0887225-D - 30-10-2015 - R\$ 26,06

Infrações ao Decreto 24.675/86, alterado pelo Decreto 27.436/87, complementados pelos Decretos 41.659/97 e 45.983/01. Ficam impostas aos infratores abaixo relacionados, as multas indicadas, em conformidade com as disposições dos referidos Decretos.

Artigo 55, Inciso I, Letra i
Nas linhas comuns, transportar pingente ou passageiros além do limite permitido
PR-RMSP/TCR/3288/15
ANTONIO SOARES GODINHO TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29020/15 - 0889660-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

CARLOS SIGIM TRANSPORTE ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29046/15 - 0889702-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

DELSON SOUSA SILVA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29047/15 - 0889714-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

DIRSON GOMES LIMA TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29063/15 - 0889842-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

ELCIO NOVAIS TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29049/15 - 0889738-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

GERALDO PEREIRA SOUZA ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29051/15 - 0889751-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)

JOAO GONCALVES TRANSPORTES ME
RF - AIIPM - Data - Valor
29059/15 - 0889805-A - 04-11-2015 - R\$ 104,24 (Reincidente)